

HABEAS CORPUS Nº 499.420 - SC (2019/0077671-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : KELVIN CORREA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. APENADO QUE CUMPRE PENA EM REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE VAGA ESPECÍFICA. CUMPRIMENTO DA PENA EM LOCAL SEMELHANTE, COM GARANTIA DOS DIREITOS INERENTES. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE DE ORIGEM SOBRE AS CONDIÇÕES DO RECOLHIMENTO. INCURSÃO NO ARCABOUÇO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO *WRIT*. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KELVIN CORREA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina nos autos do Agravo em Execução n.º 0017166-58.2018.8.24.0038.

Consta que o Juízo da Execução Penal concedeu regime domiciliar ao Paciente, por entender que a Penitenciária Industrial de Joinville não seria o local adequado para o resgate da reprimenda no regime semiaberto, tendo em vista que o estabelecimento atingiu sua lotação máxima.

O Tribunal estadual deu provimento ao agravo em execução ministerial para cassar a decisão de primeiro grau e determinar o imediato retorno do Paciente à Penitenciária Industrial de Joinville, de forma que continuasse a resgatar "*sua pena no regime semiaberto, ou ainda em outra compatível*", conforme se apura da seguinte ementa (fls. 139-140):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE. REGIME SEMIABERTO. AUTORIZAÇÃO PARA SAÍDA ANTECIPADA EM PRISÃO DOMICILIAR MEDIANTE O MONITORAMENTO ELETRÔNICO. DECISÃO JUDICIAL FUNDADA EM POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO TEXTO DA SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF. NÃO OCORRÊNCIA. ESTABELECIMENTO PRISIONAL SIMILAR. POSIÇÃO REITERADA NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE EM CASOS SEMELHANTES.

VIABILIDADE DO REEDUCANDO OBTER TODOS OS DIREITOS INERENTES AO REGIME INTERMEDIÁRIO NESSA UNIDADE. PADRONIZAÇÃO DA DECISÃO DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS FIXADOS NO RE 641.320/RS, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OFENSA, ADEMAIS, AO CARÁTER PROGRESSIVO DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. DECISÃO REFORMADA. RETORNO DO APENADO À PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE OU OUTRO ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL QUE SE IMPÕE.

1. A edição da Súmula Vinculante n. 56 teve por objetivo evitar que o condenado cumprisse pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença ou do que o autorizado por lei, em razão da inexistência de vagas ou de condições específicas que o possibilitem (Rcl 24840 MC, rel. Ministro Roberto Barroso, j. em 10-8-2016).

2. A Penitenciária Industrial de Joinville, por sólido entendimento jurisprudencial, atende às exigências mínimas para manutenção de apenado em regime semiaberto, caracterizando-se como estabelecimento similar aos olhos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal, de tal sorte que não se mostra viável, por esse fundamento, deferir-se saída antecipada em prisão domiciliar para reeducando no regime intermediário, sobretudo porque trata-se de medida excepcional que deve observar rigorosamente os critérios elencados na decisão paradigma (RE n. 641.320/RS, rel. Ministro Gilmar Mendes).

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO."

Neste *writ*, a Impetrante alega, em suma, que existe um déficit de vagas do regime semiaberto no Estado de Santa Catarina, o que possibilita a concessão do regime de prisão domiciliar ao Paciente.

Requer, em medida liminar e no mérito, a concessão do regime de prisão domiciliar ou o regime aberto, enquanto se aguarda vaga no sistema carcerário estadual no regime de cumprimento de reprimenda semiaberto.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 401-403.

As informações foram prestadas às fls. 408-461.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fl. 463).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de Justiça catarinense, ao dar provimento ao agravo em execução ministerial, assim consignou (fls. 147-151; sem grifos no original):

"Partindo-se dessas premissas, importa mencionar que, na hipótese dos autos, não se verificou, desde logo, qualquer irregularidade

ou arbitrariedade que configure constrangimento ilegal ao agravado no que diz respeito ao regime de resgate da pena, sobretudo porque na Penitenciária Industrial de Joinville há possibilidade de se obter os direitos inerentes ao regime semiaberto, caracterizando-se, com efeito, como estabelecimento similar aos olhos do entendimento do Excelso Pretório.

No ponto, é de se observar que o Supremo Tribunal Federal na decisão paradigma (RE n. 641.320/RS, Rel. Ministro Gilmar Mendes), em harmonia com o art. 33, § 1º, 'b', do Código Penal, autoriza o resgate da pena no regime semiaberto em estabelecimento com qualificação diversa de colônia penal ou industrial, obstando-se, todavia, o cumprimento da pena em condições mais gravosas, o que, enfatize-se, não é a hipótese retratada nestes autos.

[...]

Nesse contexto, não se observou, na hipótese vertente, nenhuma irregularidade com relação ao cumprimento da pena na Penitenciária Industrial de Joinville, uma vez que dispõe de ala própria para o resgate da reprimenda em regime semiaberto, havendo a possibilidade, inclusive, desde que preenchido os requisitos legais, de o apenado usufruir dos benefícios inerentes a esse regime, à exemplo do trabalho externo e a saída temporária.

Assim sendo, conformando-se o caso concreto com o enunciado n. 56 das súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, a decisão judicial atacada merece ser reformada, com o imediato retorno do apenado à unidade prisional em que estava resgatando sua pena no regime semiaberto, ou ainda em outra compatível."

O entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência desta Corte, fixada no sentido de que:

"na ausência de vaga em estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, o resgate da reprimenda em local similar, garantidos os benefícios próprios do modo intermediário, não configura constrangimento ilegal, pois o apenado não se encontra sujeito a regime mais gravoso" (AgRg no HC 379.324/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017).

A propósito:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REGIME SEMIABERTO. CUMPRIMENTO DA PENA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL SEPARADO DOS DEMAIS PRESOS. ART. 82, § 2º, DA LEP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. In casu, a Corte de origem consignou, no decisum que indeferiu a prisão domiciliar, verbis: [...] Conquanto o agravado não estivesse inserido propriamente em colônia agrícola ou industrial, nos termos dos arts. 91 da Lei n. 7.210/84 e 35, § 1º, do Código Penal, mas sim em Penitenciária, não havia manifesto excesso de execução, pois era possível o enquadramento no conceito legal de estabelecimento prisional similar. **Na Penitenciária Industrial de Joinville há local próprio, separado dos presos sujeitos ao regime mais gravoso, além de ser considerada modelo no Estado de Santa Catarina.** (...) Logo, a ser reformado o decisum, o agravado não estará submetido a um sistema de segurança máxima, peculiaridade do regime prisional mais gravoso, senão gozará dos benefícios próprios da modalidade intermediária e contemplará maior liberdade e menor vigilância, com possibilidade, inclusive, de trabalho externo. (...) De mais a mais, **com o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, leia-se que a prisão domiciliar, no mínimo, não deve ser concedida sem antes oportunizar uma solução intermediária, que inicie com a busca de vaga em outros estabelecimentos prisionais e considere a situação peculiar de todos os presos de determinada localidade.** [...].

3. Com efeito, consolidou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento de que, se o apenado encontra-se alojado em pavilhão independente e autônomo de estabelecimento destinado ao regime fechado, sem ligação física com o restante do presídio, prestando trabalho externo e usufruindo de saídas temporárias, segundo as regras do regime semiaberto, não há constrangimento ilegal a ser sanado, uma vez que o reeducando não se encontra cumprindo pena em regime mais rigoroso do que o devido.

4. Habeas corpus não conhecido." (HC 397.368/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 20/06/2017; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. APENADO QUE ESTÁ CUMPRINDO PENA EM LOCAL QUE LHE ASSEGURA OS BENEFÍCIOS DO REGIME INTERMEDIÁRIO DE CUMPRIMENTO DE PENA. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Firmou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que a inexistência de vaga em estabelecimento prisional compatível com o regime determinado no título condenatório ou decorrente de progressão de regime permite ao condenado o cumprimento da reprimenda no modo menos gravoso. Ante a deficiência do Estado em viabilizar a implementação da devida política carcerária, deve-se conceder ao paciente, em caráter excepcional, o cumprimento da pena em regime imediatamente menos gravoso ou, na falta de casa de albergado ou similar, em prisão domiciliar, até o surgimento da vaga em estabelecimento adequado.

2. A Corte Excelsa editou a Súmula Vinculante n. 56, verbis: 'A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar nessa hipótese os parâmetros fixados no RE 641.320.'

3. **No caso, contudo, o Tribunal de origem assentou que, 'muito embora a Penitenciária Industrial de Joinville não tenha a denominação adequada ao regime semiaberto, enquadra-se no conceito normativo de estabelecimento prisional similar, de modo que é possível o cumprimento da reprimenda nesse local sem nenhuma violação à Súmula 56 do STF (doc. 5).** Na vara de origem, diante da decisão deste Tribunal, foi determinada a expedição do mandado de prisão, observado o regime semiaberto, e, também, a intimação do paciente para recolhimento voluntário, a qual foi cumprida em 28/9/2016 (docs. 6 e 7). Recentemente, foi autorizada a terceira saída temporária do paciente, com início em 07/10/2016'

4. **Agravo regimental a que se nega provimento.**" (AgInt no HC 373.593/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe de 09/02/2017, sem grifos no original.)

Ademais, alterar o entendimento adotado pela Corte estadual, no tocante às conclusões firmadas acerca das condições atinentes ao recolhimento, conforme veiculado nas razões do *writ*, demandaria, necessariamente, a análise de matéria fático-probatória, o que não se revela compatível com a via estreita do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME E PRISÃO DOMICILIAR. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. APENADO QUE ESTÁ CUMPRINDO PENA EM LOCAL QUE LHE ASSEGURA OS BENEFÍCIOS DO REGIME INTERMEDIÁRIO DE CUMPRIMENTO DE PENA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF. REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. **Inexistindo vagas em estabelecimento prisional adequado ao regime imposto, deve ser deferido, ao apenado, excepcionalmente, o**

cumprimento da pena em regime menos gravoso - aberto -, ou, ainda, persistindo a falta de vaga, deve lhe ser concedida prisão domiciliar, até o surgimento de vagas no regime prisional apropriado. Precedentes.

2. No entanto, na ausência de vaga em estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, é possível o resgate da reprimenda em local similar, garantidos os benefícios próprios do modo intermediário, o que não configura constrangimento ilegal, assim como se dá na hipótese dos autos.

3. Além do mais, **a alteração da conclusão alcançada pela instância a quo sobre as condições do recolhimento em tela demandaria indevida incursão fático-probatório, incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária** (HC 380.014/RS, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 24/02/2017).

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 440.925/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe de 19/06/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora